

Coração Delta
Associação de Solidariedade Social

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017



Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo.....	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	16
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Rédito	18
7. Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
8. Benefícios dos empregados	19
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	19
10. Outras Informações	19
10.1. Créditos a receber.....	20
10.2. Diferimentos	20
10.3. Caixa e Depósitos Bancários	21
10.4. Fundos Patrimoniais	21
10.5. Fornecedores	21
10.6. Estado e Outros Entes Públicos	22
10.7. Outras Dívidas a Pagar	22
10.8. Fornecimentos e serviços externos	23
10.9. Outros rendimentos.....	23
10.10. Outros gastos	23
10.11. Resultados Financeiros	24
10.12. Financiamentos Obtidos	24
10.13. Outros Ativos Correntes.....	24
10.14. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	25
10.15. Investimentos Financeiros	25
10.16. Acontecimentos após data de Balanço.....	26

Balanço

Coração Delta

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	48.229,99	58.701,07
Investimentos financeiros	10.15	2.876,02	2.030,54
Subtotal		51.106,01	60.731,61
Ativo corrente			
Créditos a receber	10.1	1.374,31	1.198,54
Estado e outros Entes Públicos	10.6	2.508,83	2.404,33
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.14	34.015,00	18.505,00
Outros Ativos Correntes	10.13	543.683,85	337.052,49
Diferimentos	10.2	3.921,51	2.698,53
Caixa e depósitos bancários	10.3	77.552,31	88.476,16
Subtotal		663.055,81	450.335,05
Total do Ativo		714.161,82	511.066,66
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.4	50.000,00	50.000,00
Resultados transitados	10.4	(112.576,35)	(134.765,31)
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	250,00	250,00
Resultado Líquido do período		50.568,58	22.188,96
Total dos fundos patrimoniais		(11.757,77)	(62.326,35)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10.12	2.310,37	2.310,37
Subtotal		2.310,37	2.310,37
Passivo corrente			
Fornecedores	10.5	84.953,87	70.104,71
Adiantamentos de clientes			220,95
Estado e outros Entes Públicos	10.6	19.489,94	19.099,82
Diferimentos	10.2	519.337,31	324.058,36
Outros passivos correntes	10.7	99.828,10	157.598,80
Outros passivos financeiros			
Subtotal		723.609,22	571.082,64
Total do passivo		725.919,59	573.393,01
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		714.161,82	511.066,66

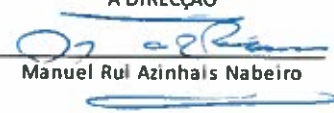
Campo Maior, 18 de Abril de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Sonia Maria Vaz Picado
CC N.º 38471

A DIRECÇÃO



Manuel Rui Azinhais Nabeiro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Coração Delta

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	143.966,40	132.420,80
Subsídios,doações e legados à exploração	7	938.058,23	1.040.052,42
Fornecimentos e serviços externos	10.8	(287.142,65)	(305.544,62)
Gastos com o pessoal	8	(720.921,95)	(753.997,55)
Outros rendimentos	10.9	119.888,52	158.054,91
Outros gastos	10.10	(129.876,88)	(230.272,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		63.971,67	40.713,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(13.087,97)	(18.241,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		50.883,70	22.471,94
Juros e gastos similares suportados	10.11		
Resultados antes de impostos		50.883,70	22.471,94
Imposto sobre o rendimento do período		(315,12)	(282,98)
Resultado líquido do período		50.568,58	22.188,96

Campo Maior, 18 de Abril de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Sonia Maria Vaz Picado
CC N.º 38471

A DIRECÇÃO



Manuel Rui Azinhalis Nabeiro

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Coração Delta

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Reservas Legais	Excedentes de revalorização	Ajustamento/ Outras variações nos fundos patrimoniais			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	50.000,00	-	-	(114.220,26)	-	-	250,00	(20.545,05)	(84.515,31)	(84.515,31)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Transferência de resultados do exercício para revalorizar os transfeitos					(20.545,05)				20.545,05		
Diferença de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	-	(20.545,05)	-	-	-	20.545,05	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								22.188,96	22.188,96	
RESULTADO INTEGRAL	4-2+3								42.734,01	42.734,01	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
POSICÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5	50.000,00	-	-	(134.765,31)	-	-	250,00	22.188,96	(62.326,35)	

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Coração Delta

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

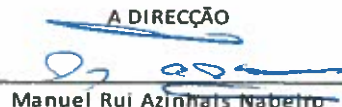
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		240.505,19	294.388,28
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(271.588,93)	(356.240,55)
Pagamentos ao pessoal		(933.886,66)	(1.109.050,63)
Caixa gerada pelas operações		(964.970,40)	(1.170.902,90)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(282,98)	
Outros recebimentos/pagamentos		959.193,53	1.145.395,66
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(6.059,85)	(25.507,24)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4.864,00)	(2.114,76)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		-	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(4.864,00)	(2.114,76)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	
Juros e gastos similares		-	
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(10.923,85)	(27.622,00)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		88.476,16	116.098,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		77.552,31	88.476,16

Campo Maior, 18 de Abril de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Sonia Maria Vaz Picado
CC N.º 38471

A DIRECÇÃO


Manuel Rui Azinhal Nabeiro

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Coração Delta – Associação de Solidariedade Social, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 49 de 10/03/2005 Série III e N.I.F. 507182626, com sede na Rua do Brasil, n.º 4 em Campo Maior, distrito de Portalegre.

Tem como objeto dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre indivíduos, desenvolvendo as seguintes atividades: Apoio às crianças e aos jovens; apoio á família; apoio á terceira idade; apoio á integração social e comunitária; assistência humanitária. A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 24 de Abril de 2018.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Direção.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por :

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

26
SD

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

26.
DD

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As amortizações são calculadas numa base anual, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

Métodos de amortização

	2017	2016
Edifícios e outras construções	Linha Reta	Linha Reta
Equipamento básico	Linha Reta	Linha Reta
Equipamento de transporte	Linha Reta	Linha Reta
Equipamento administrativo	Linha Reta	Linha Reta
Outros activos fixos tangíveis	Linha Reta	Linha Reta

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Taxas de amortização

	2017	2016
Edifícios e outras construções	10	10
Equipamento básico	12.5 - 25	12.5 - 25
Equipamento de transporte	16.66 - 25	16.66 - 25
Equipamento administrativo	12.5 - 33.33	12.5 - 33.33
Outros activos fixos tangíveis	12.5 - 25	12.5 - 25

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e as "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*



No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis":

Outros Ativos Fixos Tangíveis

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	79.474,45	-	-	-	-	79.474,45
Equipamento básico	274.993,12	1.776,25	-	-	-	276.769,37
Equipamento de transporte	61.530,09	-	-	-	-	61.530,09
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	32.559,83	566,92	-	-	-	33.126,75
Outros Ativos fixos tangíveis	1.226,01	2.018,70	-	-	-	3.244,71
Total	449.783,50	4.361,87	-	-	-	454.145,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	33.577,64	7.947,44	-	-	-	41.525,08
Equipamento básico	255.959,44	5.305,83	-	-	-	261.265,27
Equipamento de transporte	59.339,95	2.190,14	-	-	-	61.530,09
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	25.685,35	4.344,33	-	-	-	30.029,68
Outros Ativos fixos tangíveis	2.640,47	(1.546,29)	-	-	-	1.094,18
Total	377.202,85	18.241,45	-	-	-	395.444,30
VALOR LIQUIDO						58.701,07

	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	79.474,45	-	-	-	-	79.474,45
Equipamento básico	276.769,37	1.116,89	-	-	-	277.886,26
Equipamento de transporte	61.530,09	-	-	-	-	61.530,09
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	33.126,75	1.500,00	-	-	-	34.626,75
Outros Ativos fixos tangíveis	3.244,71	-	-	-	-	3.244,71
Total	454.145,37	2.616,89	-	-	-	456.762,26
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	41.525,08	7.947,44	-	-	-	49.472,52
Equipamento básico	261.265,27	2.865,27	-	-	-	264.130,54
Equipamento de transporte	61.530,09	-	-	-	-	61.530,09
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	30.029,68	1.128,54	-	-	-	31.158,22
Outros Ativos fixos tangíveis	1.094,18	1.146,72	-	-	-	2.240,90
Total	395.444,30	13.087,97	-	-	-	408.532,27
VALOR LIQUIDO	58.701,07	(10.471,08)				48.229,99

6. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	143.966,40	132.420,80
Quotas dos utilizadores	22.300,00	22.750,00
Quotas e Jóias		-
Mensalidades	98.049,60	91.710,00
Outros Serviços	23.616,80	17.960,80
...		
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	143.966,40	132.420,80

7. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	458.742,63	488.615,17
CRSS	366.420,58	325.222,91
IEFP	525,00	7.308,07
POISE	50.901,05	115.262,74
ULSNA	40.896,00	40.821,45
Apoios do Governo	-	-
Município Campo Maior	-	-
...	-	-
Total	458.742,63	488.615,17

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades		3.442,00
Donativos	479.315,60	547.995,25
Donativos - Outras Entidades	22.197,83	64.468,99
Donativos - MRAN	242.117,77	288.526,26
Donativos - NOVADELTA	165.000,00	145.000,00
Donativos - Torrefação CAMELO	50.000,00	50.000,00
Legados		
Total	479.315,60	551.437,25

TOTAL SUBSIDIOS E DONATIVOS	938.058,23	1.040.052,42
------------------------------------	-------------------	---------------------

8. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "36" e em 31/12/2016 foi de "38".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	538.889,70	553.871,03
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	117.624,82	122.482,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.744,03	6.297,27
Gastos de Acção Social	46.688,49	51.015,59
Outros Gastos com o Pessoal	9.974,91	20.330,78
Total	720.921,95	753.997,55

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:



10.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c	1.374,31	1.198,54
Clientes	-	-
Utentes	1.374,31	1.198,54
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	1.374,31	1.198,54

Nos períodos de 2017 e 2016 não foram registadas quaisquer "Perdas por Imparidade":

10.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.831,51	2.698,53
Outros Diversos	90,00	
...	-	-
Total	3.921,51	2.698,53
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios para investimentos	519.337,31	324.058,36
Outros Diversos		
...	-	-
Total	519.337,31	324.058,36

10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa		-
Depósitos à ordem	77.552,31	88.476,16
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	77.552,31	88.476,16

10.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	50.000,00	-	-	50.000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(134.765,31)	22.188,96	-	(112.576,35)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	250,00	-	-	250,00
Total	(84.515,31)	22.188,96	-	(62.326,35)
Resultado Líquido do período	22.188,96			50.568,58
Total dos fundos patrimoniais	(62.326,35)			(11.757,77)

10.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	84.953,87	70.104,71
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	84.953,87	70.104,71

10.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.508,83	2.404,33
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	2.508,83	2.404,33
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	315,12	282,98
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	146,83	124,44
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.508,63	5.367,30
Segurança Social	12.906,69	13.021,59
Outros Impostos e Taxas	612,67	303,51
Total	19.489,94	19.099,82

10.7. Outras Dividas a Pagar

A rubrica "Outras dividas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	298,32	-	298,32
Remunerações a pagar	-	298,32	-	298,32
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	2.247,11
Credores por acréscimos de gastos	-	704,56	-	1.080,85
Outros credores	-	98.825,22	-	153.972,52
	-	-	-	-
Total	-	99.828,10	-	157.598,80

10.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	216.702,01	237.259,68
Materiais	10.880,04	10.566,51
Energia e fluidos	11.154,63	13.359,33
Deslocações, estadas e transportes	5.228,38	9.709,58
Serviços diversos (*)	43.177,59	34.649,52
Limpeza, Higiéne e Conforto	2.237,56	2.939,62
Comunicação	2.879,46	5.902,40
Rendas e Alugueres	9.411,12	10.708,29
Seguros	13.501,19	12.232,87
Outros Serviços	15.148,26	2.866,34
Total	287.142,65	305.544,62

10.9. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	112.439,96	157.577,10
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,56	5,08
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Outros rendimentos e ganhos	7.448,00	472,73
Total	119.888,52	158.054,91

10.10. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	45.503,36	40.752,49
Descontos de pronto pagamento concedidos	2,41	0,08
Dívidas incobráveis	215,40	
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	84.155,71	189.520,00
Total	129.876,88	230.272,57

10.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 não foram registados gastos e rendimentos relacionados com juros e similares

10.12. Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	-	-	-	-	-
Loações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de factoring	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	2.310,37	2.310,37	-	2.310,37	2.310,37
Total	-	2.310,37	2.310,37	-	2.310,37	2.310,37

10.13. Outros Ativos Correntes

A rubrica de "Outros Ativos Correntes" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	831,29	1.472,24
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	538.848,08	324.033,36
...	-	-
Outros Devedores	4.004,48	11.546,89
Perdas por Imparidade	-	-
Total	543.683,85	337.052,49



10.14. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A rubrica de "Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	22.300,00	18.505,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	22.300,00	18.505,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

10.15. Investimentos Financeiros

A rubrica de "Investimentos Financeiros" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	2.876,02	2.030,54
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	2.876,02	2.030,54

10.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela direção em 24 de Abril de 2018.

Campo Maior, 24 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado



Sonia Maria Vaz Picado

(CC nº 38471)

A Direção



Manuel Rui Azinhais Nabeiro